

cies _ iscte

e-Working Paper

IMPACTO DA PRECARIEDADE
LABORAL NA VIDA
PROFISSIONAL E PESSOAL
DOS JOVENS IMIGRANTES
QUALIFICADOS EM PORTUGAL

AURIO FILOMENO SEBASTIÃO

Nº 238/2023

E-Working Paper | Número 238/2023

IMPACTO DA PRECARIEDADE LABORAL NA VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL DOS JOVENS IMIGRANTES QUALIFICADOS EM PORTUGAL

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE
A SITUAÇÃO DOS JOVENS ANGOLANOS

AURIO FILOMENO SEBASTIÃO

cies _iscte

Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

Lisboa | junho 2023

© Aurio Filomeno Sebastião, 2023

Aurio Filomeno Sebastião

Impacto da precariedade laboral na vida profissional e pessoal dos jovens imigrantes qualificados em Portugal. Um estudo exploratório sobre a situação dos jovens angolanos

Primeira publicação: junho de 2023

ISSN: 1647-0893

Conselho editorial:

Sandra Palma Saleiro (coordenadora)

Ana Margarida Barroso

Jorge Vieira

Nuno de Almeida Alves

Rita Cachado

Rosário Mauritti

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Composição em caracteres Futura, 12

Propriedade do título: CIES-Iscte

Correspondência:

CIES-Iscte, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 21 046 4018

E-mail: cies@iscte-iul.pt

IMPACTO DA PRECARIEDADE LABORAL NA VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL DOS JOVENS IMIGRANTES QUALIFICADOS EM PORTUGAL

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS JOVENS ANGOLANOS

Aurio Filomeno Sebastião

Aurio Filomeno Sebastião, mestre em Ciências do Trabalho e Relações Laborais pelo Iscte-IUL, Instituto Universitário de Lisboa em 2022, licenciado em Ciências da Educação pelo Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela, Angola; bacharel em Filosofia e Ciências da Educação pelo Instituto Superior Dom Bosco, Universidade Católica de Angola.

Desde janeiro de 2023 está a coordenar o Centro Local de Apoio à integração de Migrantes de Loures, Unhos, financiado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI).

Resumo O presente trabalho é resultado de uma pesquisa exploratória que pretende analisar o impacto da precariedade laboral na vida profissional e pessoal dos jovens imigrantes qualificados angolanos residentes em Portugal. Com objetivo de lançar luz acerca da problemática da inserção e permanência no mercado de trabalho português dos jovens imigrantes angolanos qualificados, a análise foi desenvolvida em duas partes, sendo a primeira, uma abordagem mais teórica sobre as dimensões objetiva e subjetiva da precariedade laboral, tanto a nível do contexto do mercado de trabalho global quanto na realidade portuguesa. Na segunda parte, examina-se as implicações provocadas pela precariedade e pela política de flexibilização contratual na vida profissional e pessoal dos jovens imigrantes qualificados angolanos residentes em Portugal, com foco na Área Metropolitana de Lisboa. Com recurso a uma metodologia de cariz intensivo, antecedida de uma análise estatística dos dados disponíveis no Quadro de Pessoal do GEP/MTSSS, foi observado que, do ponto de vista contratual, a população jovem angolana é mais vulnerável e sujeita a várias formas atípicas de emprego, de tal modo que se pode afirmar que está mais suscetível à precariedade do que a população jovem portuguesa.

Palavras-chave: precariedade laboral, imigração qualificada, juventude, Angola.

Introdução

O presente artigo é produto de um esforço de investigação acerca da natureza e das formas da precariedade laboral em Portugal dos jovens angolanos com qualificações escolares de nível superior. Partimos de uma análise global, trazendo uma leitura onde o neoliberalismo é o novo paradigma económico e, com ele, as relações de trabalho iniciam a sua transformação rumo a uma generalização da precarização, mas procuramos demonstrar, malgrado esse contexto mais amplo, que existem outras formas de precarização que se traduzem também em precariedade laboral.

Como afirma Rebelo (2002), a precariedade laboral, como fenómeno social complexo, apresenta um carácter conceptual multidimensional se olharmos pelos seus vários aspetos objetivos e subjetivos. Tal quanto também adverte o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998), no seu livro intitulado “Contrafogos”, “hoje a precariedade está em toda a parte”. A precariedade laboral é “um novo modo de dominação” e tem um carácter transversal que se intensifica com a nova lógica da relação de produção capitalista — o neoliberalismo (Carmo e Matias, 2019). Da nossa parte, interessa explorar o fenómeno da precariedade como elemento intensificador da desigualdade existencial (Therborn, 2013) e de recursos pelos quais se veem cada vez mais imbricados os jovens imigrantes qualificados angolanos residentes em Portugal.

O presente estudo divide-se em duas partes. A primeira concentra-se numa análise teórica sobre o fenómeno da precarização do trabalho e as suas implicações socioeconómicas numa perspetiva micro e macro. A segunda, da análise de uma série de entrevistas semiestruturadas feitas a jovens imigrantes qualificados angolanos residentes em Portugal, mais precisamente na Área Metropolitana de Lisboa AML). Procuramos, através deste estudo exploratório, perceber até que ponto as relações de trabalho são mais precarizadas entre os negros migrantes face ao que se verifica noutros grupos, por um lado, e, por outro, se essa precarização é mais estrutural do que parece à primeira vista. Afirmamos que essa precarização tem elementos de dominação social, económica e política de um grupo sobre o outro. O olhar etnocêntrico da sociedade branca portuguesa sobre a comunidade negra africana angolana traduzido, aqui, em relações económicas de trabalho mostra como o racismo tem um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político que transcende as conclusões da ciência e funciona como mecanismo de sujeição e não de explicação antropológica.

Enquadramento teórico

Precariedade Laboral no Mercado de Trabalho Português

Tanto na perspetiva jurídica, como nas perspetivas sociológica e económica, a precariedade laboral, enquanto fenómeno complexo, é, desde a sua origem, uma ideia contrária ao modelo tradicional de estabilidade ou segurança do vínculo laboral (Leite, 1990; Redinha, 1998 *Apud* Rebelo, 2005).

Vários autores corroboram que foi na década de 1970 que se passou a usar o conceito precariedade associada ao trabalho¹ para definir as pessoas com vínculos laborais inseguros, instáveis e degradantes (Vargas, 2016; Diogo, 2012b; Standing, 2011; Duarte, 2009; Rebelo, 2005; Bourdieu, 1998; Antunes, 1995), embora a sujeição destas condições laborais

já fosse vivenciada por determinados grupos sociais ao longo da história das sociedades industriais (Diogo e Vaz, 2014). Com a desregulação do sistema financeiro internacional e a crise mundial no mercado petrolífero, bem como o elevado nível de pressão sobre as classes trabalhadoras e as suas instituições de representação, veio a assistir-se a grandes transformações a nível socioeconómico e político, um pouco por toda a parte, tendo comprometido a continuidade do modelo capitalista industrial taylorista-fordista, que veio sendo substituído pelo modelo neoliberal².

Em Portugal, e noutros países, o que se seguiu foi o alargar das formas atípicas de emprego, o aumento expressivo do desemprego, a perda do rendimento económico dos indivíduos, a falta de uma proteção social mais justa e capaz de dar resposta aos atuais problemas de âmbito laboral, o aumento significativo e contínuo da desigualdade social de várias ordens, desde as “desigualdades existenciais”, “desigualdades de recursos” e as “desigualdades vitais” (Cantante, 2019), que implicaram o aprofundamento de incertezas crónicas e o aumento da imprevisibilidade do emprego.

-
- 1 De acordo com Vargas (2016:314), o trabalho é aqui definido enquanto atividade através da qual o ser humano estabelece uma relação metabólica com a natureza e o mundo social, a fim de assegurar a reprodução de suas condições materiais de existência. Também definido, do ponto de vista da economia política, como fundamento do valor económico, da criação de riqueza, como a produção de bens e serviços escassos (Lantz, 1992; Freyssenet, 1993 *apud* Vargas, 2016). Esta definição do trabalho remete-nos a duas dimensões determinantes para analisar a precariedade laboral: a dimensão objetiva e a subjetiva. Isto é, o trabalho, na sua dimensão objetiva, pressupõe um conjunto de atividades dotadas de conteúdos específicos, visando fins especiais e mobilizando determinados meios, instrumentos, conhecimentos e competências; já o trabalho, na sua dimensão subjetiva, tende a explorar mais o caráter social dum conjunto da atividade profissional, ou seja, a dimensão relação social do trabalho (Vargas, 2016: 315).
 - 2 O termo “neoliberalismo” designa a corrente de pensamento e de políticas económicas que se implantou na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América a partir do final dos anos 1970, para se generalizar à escala mundial nas décadas seguintes e reinar desde então como mestre absoluto, pretendendo submeter toda a atividade económica e social “à única da lei do mercado”. As suas palavras de ordem são: liberalização completa das trocas de mercadorias e movimento de capitais, racionalização, flexibilidade do mercado de trabalho, globalização, papel minimalista do Estado, hegemonia do sector privado, regulamentação minimal” (Louis, 2002: 10). De acordo com os sociólogos franceses, Laval e Dardot (2016), na obra “Racionalização do Neoliberalismo”, a perspetiva neoliberal é uma tendência histórica que perpassava as estruturas económicas e políticas ao longo dos modelos das relações de produção capitalista. Estes vão mais longe nas suas reflexões sobre este fenómeno, segundo eles, a perspetiva neoliberal segue uma lógica normativa conduzida por políticos e não somente pelas expansões do mercado. Portanto, quando falamos de sociedade neoliberal, deve procurar-se não separar a economia de outras áreas que compreendem a vida em sociedade.

De acordo com Carmo e Matias (2019: 163),

a precariedade insere-se numa tendência geral de progressão de lógicas neoliberais que têm vindo a afetar o funcionamento das economias e a coesão das sociedades. Tem sido particularmente visível que esta agenda se impregnou num conjunto de programas e ações políticas que visam colocar em causa os direitos laborais e a crescente desproteção dos trabalhadores, sobretudo aqueles que se encontram em situações contratuais mais débeis e menos estáveis.

Estas condições laborais degradantes realçam-se, igualmente, nas novas formas contratuais atípicas através da “uberização do trabalho” ou da “plataformização do trabalho”³ que, segundo Antunes (2019), tende a elevar o nível de informalização das relações laborais. É esta instabilidade contratual, nas suas múltiplas formas e distintas configurações, que caracteriza objetivamente um grande número de situações de precariedade laboral. Todavia, e como poderemos ver, “a precariedade interfere também em diversas áreas da vida do sujeito, tanto no que diz respeito a aspetos relacionados com as condições de vida como em dimensões mais existenciais e ontológicas” (Carmo e Matias, 2019:13).

Após o período 25 de Abril de 1974, registaram-se alguns progressos gerais mais decisivos na garantia das condições de vida da classe trabalhadora portuguesa, com a adoção de um modelo de relação laboral assente no contrato de trabalho tradicional (Carvalho, 1997 *apud* Sá, 2010). No entanto, estes progressos, inicialmente registados, não subsistiram em períodos subsequentes, tendo sido o ápice das mudanças para modelos mais instáveis e atípicos, no período da crise económica e financeira global de 2008, através de medidas flexíveis aplicadas no mercado português.

Algumas das formas mais frequentes que caracterizam a precariedade laboral no mercado de trabalho português estão relacionadas com a expansão cada vez mais elevada de contratos de trabalho temporário,

3 Consiste na penetração de infraestruturas, processos económicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores económicos e das esferas da vida (Poell, Nieborg e Van Dijk, 2020).

contratos a termo e a tempo parcial involuntário, os contratos intermitentes e de “falsos recibos verdes” associados ao falso trabalho independente, que marcam fortemente a reconfiguração dos modelos de relação laboral — do modelo taylorista-fordista para o modelo flexível do mercado de trabalho — abrangendo centenas de milhares de trabalhadores (Soeiro, 2015; Matos, Domingos e Kumar, 2012). De acordo com Matos, Domingos e Kumar, “estas formas de contratação não só impedem a distinção entre as situações laborais diferenciadas como configuram formas organizadas de infração à lei, protegidas pelo poder político, pouco interessado em clarificar a legislação e fiscalizar o seu cumprimento” (Matos, Domingos e Kumar, 2012: 10). Milhares são os trabalhadores por conta de outrem que mantêm vínculos laborais desprotegidos, sem qualquer estabilidade.

Embora o precariado⁴ seja composto por muitos outros grupos sociais, a imagem mais comum é a dos jovens — até aos 25 anos — que saem da escola e da universidade para entrar numa longa existência precária, muitas vezes tornada ainda mais frustrante porque a geração dos seus pais, aparentemente, tinha tido empregos estáveis (Standing, 2011: 126) e protegidos. A mobilização social dos jovens no mercado de trabalho é um processo natural de inserção destes na vida social e económica. E esta inserção, na sua generalidade, foi realizada em condição precária, dada a sua inexperiência profissional. Alguns autores argumentam que a precariedade pode estar a transformar-se na “condição paradigmática” do trabalho dos jovens (Kesisoglou, 2015 *Apud* Carmo e Matias, 2019:25). No entanto, muitos deles hoje entram em empregos de carácter temporário que se estendem muito para além do período considerado experimental, que tem sido usado por muitas empresas a título de estágio, durante os quais as mesmas podem legalmente pagar salários mais baixos e oferecer menos benefícios sociais.

4 Segundo Standing (2011), o precariado é a parte da classe do proletariado que se encontra numa situação laboral degradante, insegura e vulnerável face aos direitos laborais.

Os jovens — assim como as mulheres e as pessoas migrantes — são considerados os grupos mais vulneráveis a trabalhar com contratos de trabalho temporários, uma vez que estes contratos são normalmente utilizados como posição de entrada no mercado de trabalho. Todavia, o que se percebe é o prolongar desta condição laboral precária ao longo do seu trajeto profissional⁵.

Peso embora o regime de premiação associado ao nível de escolarização superior ter contribuído para o aumento salarial, a nível do mercado de trabalho português, o que se verificou ao longo dos últimos anos foi a baixa de oferta de emprego para quadros qualificados nas diversas áreas, tendo favorecido um desequilíbrio entre os diplomados. Cada vez mais, registam-se ofertas de empregos com níveis salariais desajustados ao nível de qualificação dos indivíduos diplomados, com particular realce para os jovens com qualificações superiores.

Assim, tal como refere Sennett (2009: 104-105):

(...) efetivamente houve um crescimento de jovens diplomados e justamente por essa não evolução das oportunidades de emprego fez com que o excesso de qualificação transformasse as novas relações laborais entre os jovens em um ambiente propício para a extrema competitividade e a crença em um sistema de meritocracia. De forma que apenas uma pequena parcela consegue alcançar a posição laboral desejada e o restante fica com as vagas remanescentes que ultimamente são vistas nos malabarismos que envolvem a tendência da flexibilidade das relações laborais.

Verifica-se, com isto, que a experiência da precariedade laboral entre jovens qualificados é vivida de forma diferenciada e desigual, assim como a forma de lidar com a respetiva condição precária é distinta entre os grupos sociais a que pertencem ou provêm os referidos jovens qualificados, o que pode agudizar os níveis de desigualdades sociais entre estes.

5 Um estudo levado a cabo por Kovács (2005) constatou que a adoção crescente de modelos flexíveis de contratos de trabalho, tem levado a uma tendência para a reprodução das situações de emprego precários, ou seja, uma parte substancial dos indivíduos que estavam com contrato sem termo, já anteriormente estavam nesta situação e, por sua vez, os indivíduos com emprego temporário, também estavam já nessa situação nos dois empregos anteriores. Apenas uma pequena parte conseguiu passar para emprego estável.

Trabalho, desigualdades étnicas e imigração

De acordo com Cantante (2019:12), “as desigualdades económicas e sociais que antecedem a entrada dos indivíduos no mercado de trabalho tendem a prolongar-se nos trajetos laborais e nas oportunidades existentes nesse campo”. O contexto económico e social da família em que o indivíduo nasce e se desenvolve tende a influenciar, ou mesmo condicionar, a sua inserção e mobilidade no mercado de trabalho. Em concreto, a desigualdade de recursos educativos compreende que as oportunidades profissionais e as possibilidades exetáveis a nível da trajetória ascendente no mercado de trabalho esteja associada aos recursos escolares de cada um. Segundo um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) sobre a mobilidade social em Portugal, publicado em 2017, “em Portugal quanto maior a escolaridade dos pais maior é o rendimento familiar do filho” (Bago d’Uva e Fernandes, 2017:47).

A reprodução e até ampliação das desigualdades que se verificam no mercado de trabalho decorre, entre outros fatores, de dinâmicas sociais associadas aos recursos económicos e educativos, a questões de género, mas também formas de discriminação associadas à etnicidade. Apesar de não haver uma classificação oficial da população étnica em Portugal, existem indicadores seguros que apontam para que a cor da pele é ainda uma forte condicionante das oportunidades de cada indivíduo afrodescendente, independentemente das suas qualificações profissionais e académicas. O recente inquérito sobre Minorias e Discriminação na União Europeia — Ser negro na EU (2019)⁶ da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA) concluiu, por exemplo, que a população africana ou descendente de africanos que vive em Portugal é a mais pobre, cerca de 38% têm dificuldade em pagar as contas em

6 O relatório em referência descreve os resultados selecionados da segunda pesquisa em larga escala da FRA sobre migrantes e minorias (EU-MIDIS II). O mesmo examina as experiências de quase 6.000 pessoas de ascendência africana em 12 Estados-Membros da UE, Ser negro na UE | Agência para os Direitos Fundamentais (europa.eu)

contraste com os 17% da população portuguesa em geral; tem os piores empregos, cerca de 50% da população negra exerce atividades remuneratórias no setor manual que normalmente exige esforço físico, sendo a segunda percentagem mais alta comparada com a de outros países e o dobro da média da UE; tem as piores condições de habitação comparada com os outros residentes, isto é, cerca de 46% da população nacional de ascendência africana vive em casas sobrelotadas (na população portuguesa o valor corresponde a 10%) e 21% vive em condições habitacionais degradantes (para a restante população residente em Portugal corresponde a 5%). A partir destes dados, pode afirmar-se que a integração da população negra de ascendência africana depara-se com obstáculos e discriminação cumulativos, comparada com outra população residente em Portugal. Portanto, ainda há uma série de constrangimentos baseados na cor da pele que determinam desigualdades materiais e simbólicas duráveis em vários campos, desde logo, no mercado de trabalho e nos trajetos profissionais e académicos⁷. Estes indicadores colocam em evidência as múltiplas vulnerabilidades que marcam a posição dos indivíduos afrodescendentes na sociedade portuguesa, e nos fazem questionar: O que contribui para que um grupo social, no caso, o grupo de pessoas negras de ascendência africana, se mantenha entre a parcela mais pobre da sociedade? Que fatores conduzem as pessoas negras maioritariamente ao exercício de atividades laborais menos qualificadas, instáveis e inseguras?

As desigualdades étnicas estão também, de alguma forma, relacionadas com o fenómeno migratório no sentido em que uma parte da população imigrante é alvo de formas de discriminação étnica enquanto minoria populacional desprovida de direitos, o que tem contribuído para

7 De acordo com o Relatório sobre Trajetos e Projetos de Jovens Descendentes de Imigrantes à saída da Escolaridade Básica, elaborado pelo Observatório da Imigração, em 2011, os estudantes imigrantes ou descendentes de imigrantes sentem, de uma forma geral, maiores dificuldades do que os seus pares “nativos” no desempenho escolar, no acesso a educação pré-escolar, e na progressão normal através dos vários ciclos educativos. E mais, encontram-se inseridos com maior probabilidade em estabelecimentos de ensino localizados em grandes centros urbanos, frequentados por alunos que, em média, provêm de ambientes familiares menos favorecidos e com uma elevada concentração de minorias étnicas.

as desigualdades étnicas. Todavia, as desigualdades étnicas são também expressivas entre grupos populacionais que nasceram ou viveram quase sempre no país, onde são alvo dessas discriminações.

De acordo com estudos realizados por Cerdeira *et al.* (2013:43), no âmbito dos percursos laborais e de vida dos jovens imigrantes nos setores de serviços, “os imigrantes estão normalmente nos segmentos mais desfavorecidos do mercado de trabalho, onde se cruzam com outros grupos populacionais mais vulneráveis, como os jovens, mulheres e outros trabalhadores pouco qualificados. A conjugação de alguns destes atributos reforça as condições de vulnerabilidade”.

O mercado de trabalho não se apresenta de forma homogénea, pelo contrário, é caracterizado e estratificado de acordo com as variáveis económicas e sociais, podendo, segundo Piore (1979), ser dividido em mercado primário (caracterizado por bons salários, emprego estável e perspectivas de carreira) e em mercado secundário (onde se verificam vínculos laborais inseguros, instáveis e, portanto, precário). Esta observação de Priore torna-se mais relevante para o estudo presente quando traz à análise o fenómeno do mercado de trabalho e a imigração. As relações mais estáveis com bons salários são reservadas aos trabalhadores nativos e os vínculos instáveis e inseguros, em geral com baixos salários, são para os imigrantes que tendem a partilhar o espaço com os trabalhadores menos ou não qualificados. Nessa perspetiva, a inserção e permanência no mercado de trabalho tende a ser mais penosa para os trabalhadores imigrantes do que para os trabalhadores nacionais. Todavia, importa referir que esta complexidade de integração no mercado de trabalho não se verifica de forma homogénea entre os imigrantes.

De acordo com Rocha-Trindade (2001) este fenómeno de integração dos imigrantes no mercado de trabalho português dá-se de forma heterogénea e, de certa forma desigual, devido a fatores socioculturais, religiosos e fenotípicos que tendem a determinar aproximação ou estranhamento entre os imigrantes e a população recetora. Isto é, quanto mais diferente a religião, os costumes, a cultura e até mesmo o fenótipo da pessoa imigrante, mais

estranhamento tende a causar à população recetora e maior é a exposição à vulnerabilidade de várias ordens. Consequentemente, a sua inserção tende a ser mais deficitária, sendo vítimas de preconceitos laborais.

De acordo com Monteiro (2012: 40), xenofobia e racismo — uma realidade visível, nos grandes centros urbanos, como Porto, Lisboa, Faro ou mesmo Coimbra — são fatos que estão na ordem do dia através dos relatos de pessoas que são alvo deste tipo de práticas. É o aumento considerado destes atos de xenofobia e racismo, a nível da sociedade portuguesa para com imigrantes e negros, está associado a diversos fatores, entre eles, “a ausência de uma política de integração social dos imigrantes e seus descendentes a residirem no país” e a falta de discussões académicas, políticas e sociais abertas sobre o tema (SOS — Racismo)⁸.

A desigualdade étnico-racial, cada vez mais visível, está muito ligada à dimensão histórica colonial que, apesar de todo o avanço a nível científico, ainda se vê presente ideologicamente nas relações sociais e em alguns circuitos políticos, “uma cultura de colonizador que persiste na mentalidade das relações sociais e é nela, que se buscam as ideias do passado para, infelizmente, compreender o presente de negação e exclusão vivido por africanos negros e portugueses em Portugal” (Monteiro, 2012: 33). Tudo isso nos leva a crer que estamos perante um problema estrutural e que deve ser tratado como tal. Segundo Gonçalves, citado por Monteiro (2012:32), o pensamento atual da sociedade portuguesa expõe imagens e clivagens em termos de práticas sociais e representações por parte dos “naturais”, isto é, de portugueses sobre imigrantes africanos negros na sociedade portuguesa.

Hoje, segundo Pereira (2012: 64), destaca-se a crescente adesão às formas de trabalho flexível, transversais aos trabalhadores pouco ou altamente qualificados, estrangeiros e nacionais, que produz também efeitos na situação laboral dos imigrantes e afeta, nomeadamente, as suas

8 A Associação SOS — Racismo criada em 1990, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, tem com objeto social o combate à xenofobia e ao racismo em Portugal.

possibilidades de progressão no mercado de trabalho português e as trajetórias laborais dos seus descendentes. Torna-se cada vez mais atribulada e limitante a trajetória laboral do imigrante luso-africano, marcado por várias formas de desigualdades. Desigualdades de existência, sempre vistos como “os outros” por pertencerem a um grupo étnico-cultural que é fortemente marginalizado e flagelado pelo sistema social, político e económico. Desigualdades de recursos, sendo os mais afetados e excluídos no acesso à habitação, estando muitos a viverem em bairros sem condições de habitabilidade, com baixos níveis de escolaridade e com altos registos de desistências escolares. Desigualdade socioeconómica, pois é o grupo social com rendimentos mais baixos e mais exposto a precariedade no emprego, com vínculos elevados de informalidade, o que pode ser constatado a partir do mapeamento das atividades em que estes estão inseridos, geralmente atravessadas por níveis elevados de instabilidade e de desproteção social.

Quadro metodológico

O presente estudo tem como objeto de investigação a análise dos trajetos laborais dos jovens imigrantes angolanos com qualificação escolar de nível superior residentes em Portugal, em particular:

- As formas de discriminação por eles sentidas no mercado de trabalho;
- As experiências de precariedade laboral e o impacto dessa realidade na vida pessoal e profissional destes jovens;
- A forma como estes jovens projetam o seu futuro.

Dados os objetivos estabelecidos para o presente estudo exploratório optou-se por uma metodologia qualitativa, assente numa pesquisa intensiva. Com recurso a entrevistas semiestruturadas, foram recolhidas narrativas de jovens imigrantes angolanos, com idade compreendida entre 23 e 34 anos, detentores de nível de escolaridade superior, que trabalham em diferentes regimes de relações laborais: por conta de outrem, contratos a termo, trabalho a “falsos”

recibos verdes, contratos temporários, residentes na AML; complementarmente recorreu-se a uma análise estatística de dados dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

A opção pela recolha da experiência laboral de uma população de imigrantes angolanos qualificados residentes na AML justifica-se por ser uma região que concentra um maior número de imigrantes angolanos em Portugal, segundo o estudo levado a cabo por Mendes, Rebelo e Rego (2011)⁹. A amostra das pessoas entrevistadas foi constituída partindo da rede de contactos da Associação de Estudantes Angolanos em Portugal (AEAP)¹⁰, seguida de outras vias fornecidas pelos entrevistados, num efeito “bola de neve”.

As doze entrevistas foram realizadas no período de junho a setembro de 2021. Tendo em conta o condicionalismo da pandemia COVID-19 e por conveniência dos entrevistados, as mesmas foram realizadas em duas modalidades: presenciais (5) e online (7) com recurso à plataforma digital zoom. As gravações das entrevistas foram todas feitas com o consentimento dos entrevistados. Após cada entrevista foi feita a transcrição das mesmas, de maneira a garantir a fiabilidade das informações obtidas.

Os doze jovens imigrantes angolanos qualificados que constituem a amostra, dividem-se entre quatro do sexo feminino e oito do sexo masculino. Relativamente às qualificações académicas, dez são licenciados e dois mestres. Atualmente, três dos entrevistados estão a concluir o mestrado — caso dos entrevistados E1, E8 e E11 -, e dois encontram-se a frequentar o doutoramento — entrevistados E9 e E10. Todos os entrevistados trabalham e estudam. Dos entrevistados, sete frequentaram e concluíram os seus estudos superiores (licenciaturas) em Portugal — entrevistados E1, E2, E4, E5, E6, E7 e E12.

9 Tendo como fontes o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a comunidade imigrante angolana está mais de 86% concentrada nos distritos de Lisboa, Setúbal e Porto (65,01%, 16,36% e 4,82%, respetivamente), é uma comunidade muito jovem (quase 85% dos imigrantes tinham, em 2007, idade inferior a 40 anos e mais de 20% idade inferior a 15 anos) e o sexo masculino é predominante (cerca de 54% do total) até aos 44 anos, infletindo-se a relação nas idades seguintes.

10 A Associação de Estudantes Angolanos em Portugal, fundada em 1984, é uma organização representativa dos estudantes angolanos em Portugal, de natureza académica, social e cultural, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos.

Entrevistado	Sexo	Idade	Qualificações académicas	País de conclusão da licenciatura	Profissão(ões)/ atividade(s) atual(ais)	Vínculo(s) contratual(ais) atual(ais)
E1	M	24	Licenciado	Portugal	Monitor e Motorista de aplicativo	Contrato a Termo Certo e Prestação de Serviço
E2	F	25	Licenciada	Portugal	Operador de Caixa	Contrato Part-time (involuntário)
E3	M	28	Licenciado	Angola	Pedreiro	Contrato a Termo Certo
E4	M	26	Licenciado	Portugal	Gestor de pessoas	Contrato Temporário
E5	F	25	Licenciada	Portugal	Desempregada	Desempregada
E6	F	26	Licenciada	Portugal	Empregada de mesa	Contrato temporário
E7	M	24	Licenciado	Portugal	Call Center	Contrato Temporário
E8	F	25	Licenciada	Angola	Fábrica	Contrato a Termo Certo
E9	M	32	Mestre	Angola	Vigilante de Tráfego aéreo	Contrato a Termo Certo
E10	M	31	Mestre	Angola	Operador de Caixa	Contrato a Termo Certo
E11	M	32	Licenciado	Angola	Monitor, Administrativo e motorista de aplicativo	Prestação de Serviço, Contrato a Termo Certo
E12	F	27	Licenciada	Angola	Empregada de Mesa	Contra a Termo

Análise de alguns dados estatísticos

Neste ponto apresentamos e analisamos alguns dados referentes ao ano de 2019, extraídos dos Quadros de Pessoal (GEP-MTSSS), que compara a população angolana e a população portuguesa, incidindo no nível de escolaridade; tipo de contrato dos trabalhadores por conta de outrem do setor privado (e do setor público com contratos individuais de trabalho); e o ganho médio (euros) dos trabalhadores do setor privado (e do setor público com contratos individuais de trabalho), por nível de escolaridade.

De acordo com o gráfico 1, destacamos que, no ano de 2019, a maioria da força de trabalho angolana residente em Portugal tem apenas o ensino básico (56,8% do total da população trabalhadora angolana); apenas 10% dos trabalhadores angolanos residentes em Portugal têm o ensino superior e 33,1% têm o ensino secundário e pós-secundário. No caso da população trabalhadora portuguesa, embora se registre igualmente uma significativa concentração de trabalhadores por conta de outrem apenas com o ensino básico concluído 47,8%, há menor incidência

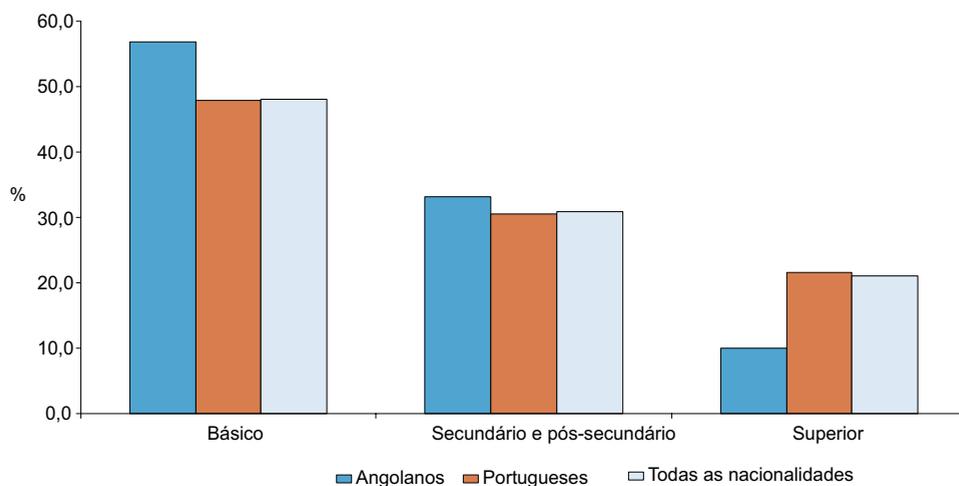


Figura 1 Trabalhadores por conta de outrem do setor privado (e do setor público com contratos individuais de trabalho), nacionalidade angolana, portuguesa e todas as nacionalidades, por nível de escolaridade em 2019 (%)

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSSS (Sistematização e cálculos do autor).

comparada com o caso de trabalhadores angolanos; a nível do ensino secundário e pós-secundário, a população de trabalhadores por conta de outrem corresponde a 30,6% e para o ensino superior há, no mercado de trabalho português, cerca de 21,6% de trabalhadores por conta de outrem. Olhando para os dados percentuais aqui apresentados, referentes aos trabalhadores por conta de outrem com o nível de escolaridade superior, destacamos que a população portuguesa trabalhadora com este nível é duas vezes superior à população de trabalhadores angolanos residentes em Portugal com o mesmo nível de ensino.

Quando comparados os tipos de contrato dos trabalhadores por conta de outrem do setor privado e do setor público, nos casos de contratos individuais de trabalho, angolanos residentes em Portugal e nacionais, observa-se que, em termos de contratos de trabalho sem termo, os primeiros apresentam um número claramente menos expressivo, comparados os trabalhadores portugueses que celebraram contrato sem termo, em 2019, respetivamente 38,5% e 66,4%.

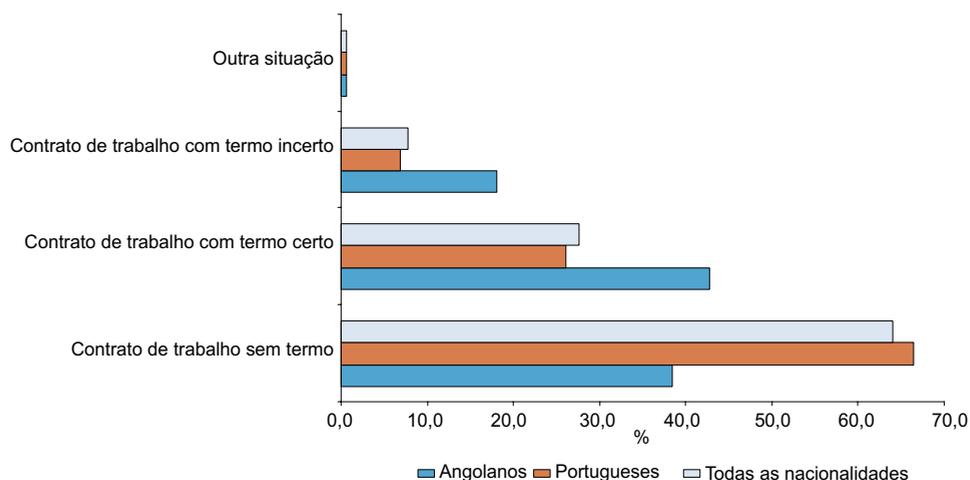


Figura 2 Tipo de contrato dos trabalhadores por conta de outrem do setor privado (e do setor público com contratos individuais de trabalho), nacionalidade angolana, portuguesa e todas as nacionalidades em 2019

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSSS (Sistematização e cálculos do autor).

De acordo com os dados apresentados, no ano de 2019, registou-se um maior número de trabalhadores angolanos residentes em Portugal que se viram a celebrar contratos de trabalho com pouca segurança e muita instabilidade, um valor que supera claramente o total de trabalhadores nacionais, se somarmos o grupo que tinha celebrado o contrato de trabalho a termo certo (42,8% trabalhadores angolanos e 26,1% trabalhadores portugueses) e aqueles que tinham celebrado contrato com termo incerto (18% trabalhadores angolanos e 6,9% trabalhadores portugueses).

Com isto, podemos concluir que há, no mercado de trabalho português, uma maior incidência de trabalhadores angolanos residentes em Portugal sujeitos a condições contratuais precárias e mais expostos a riscos sociais e sem que tenham alguma segurança ou garantia social e de rendimento. E, relativamente a outras situações contratuais que não se encontram especificadas, mas que mereceram a nossa atenção para a presente análise, 0,7% dos trabalhadores angolanos encontram-se em

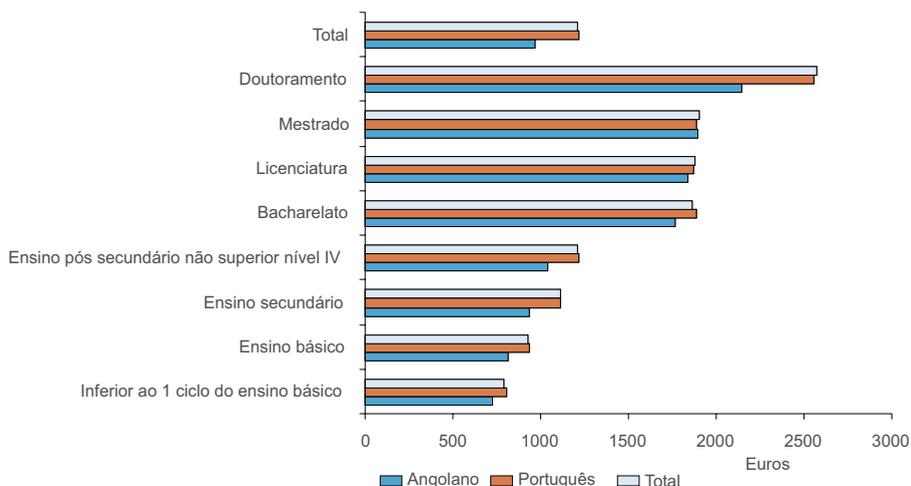


Figura 3 Ganho médio (euros) dos trabalhadores do setor privado (e do setor público com contratos individuais de trabalho), nacionalidade angolana, portuguesa e todas as nacionalidades, por nível de escolaridade em 2019

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSSS (Sistematização e cálculos do autor).

vínculos laborais como contratos intermitentes, contratos de prestação de serviço (falsos recibos verdes); enquanto que 0,6% dos trabalhadores portugueses e do total das nacionalidades se encontram nessa situação laboral.

Da análise comparativa da remuneração média dos trabalhadores dos setores privado e público (no caso, os contratos individuais de trabalho), de acordo com o nível de escolaridade, entre trabalhadores angolanos em Portugal e trabalhadores de nacionalidade portuguesa, destaca-se o fato de que, no ano de 2019, os trabalhadores angolanos com qualificações superiores tendem a auferir ganhos médios mensais ligeiramente inferiores aos trabalhadores portugueses. Tal como se demonstra no gráfico 3, o mesmo verifica-se no caso dos trabalhadores com habilitações literárias inferiores, isto é, os trabalhadores portugueses auferem remunerações médias mensais superiores aos trabalhadores angolanos com o mesmo nível de qualificação ou um pouco acima. Esta diferenciação tende a intensificar-se quando se trata de mulheres estrangeiras, incluindo mulheres angolanas, que se

encontram mais sujeitas a estabelecer vínculos abusivos mais vulneráveis e precários, em setores mais invisibilizados, como o doméstico, da limpeza, os *callcenter*, a hotelaria e restauração.¹¹

Interessa realçar que em estudos comparativos com nacionalidades mais abrangentes³⁵, se verifica que os estrangeiros de habilitações superiores, têm, em média, remunerações mais altas do que os trabalhadores portugueses com semelhantes habilitações. É preciso acrescentar que, embora de carácter exploratório, a pesquisa indica que as diferenças de remuneração média mensal estatisticamente apresentada entre os dois grupos são muito mais acentuadas na realidade, pois todos os nossos entrevistados, como se verá a seguir, são subaproveitados, encontrando-se a exercer atividades laborais em setores de baixas qualificações e auferindo salários iguais ou abaixo do salário mínimo.

Trajetos laborais de jovens angolanos qualificados em Portugal: precariedades, desigualdades e futuro

Diversos estudos apontam que a trajetória dos jovens no mercado de trabalho português é marcada, fortemente, por experiências laborais precárias¹² e sofrem mais com os efeitos negativos da flexibilização do trabalho em relação às gerações anteriores¹³. De acordo com relatórios recentes da OIT (2011 e 2015 *Apud Carmo e Matias, 2019:53*), “o mercado de trabalho para os jovens é cada vez mais degradante e caracterizado pela heterogeneidade e por situações contraditórias, em que os segmentos mais qualificados podem coexistir na mesma situação profissional com segmentos menos qualificados”.

A trajetória laboral dos jovens angolanos qualificados no mercado de trabalho português, assim como de outros indivíduos, é marcada por

11 Cf. Cabral e Duarte, 2011.

12 Neste sentido, destacam-se as pesquisas feitas por Ferreira et al., 2017; Carmo e Matias; OECD, 2016; Comissão Europeia, 2016; Carmo et al., 2014; Cantante, 2011.

13 Pode ser conferido também nas obras de Auer, 2005; Guerreiro e Abrantes, 2004; Auer e Cazes, 2002; Shmidt e Gazier, 2001, a partir das quais podemos fazer um paralelismo com a realidade portuguesa.

empregos, que Diogo e Vaz (2014) classificaram como trajetória de emprego carrocel, que consistem nas trajetórias de emprego marcadas por mudanças sucessivas entre empregos e até profissões, em que os períodos de atividades são intercalados com o desemprego, e em que o resultado é nulo, em termos sociais. Acresce que estas trajetórias de emprego em carrocel se caracterizam pela grande frequência com que os indivíduos realizam essas mudanças, dando a sensação de uma grande velocidade, mas, de fato, não saindo do mesmo lugar social, situação esta que se contrapõe à ideia da trajetória de emprego linear.

O objetivo de explorarmos, em entrevista, a trajetória profissional dos jovens angolanos qualificados em Portugal consistiu no interesse de aferir, primeiramente, o nível de adequação ou conformidade da formação académica com a forma de inserção e trajetória profissional desta população no mercado de trabalho português. Durante as entrevistas relataram que as suas trajetórias laborais no mercado de trabalho português foram marcadas por inúmeras formas de trabalho precário, como contratos de trabalho a termo, contratos a tempo parcial involuntários, contratos intermitentes, no caso dos entrevistados que trabalhavam no setor da restauração e hotelaria (segundo os mesmos trabalhavam quando houvesse alguma atividade ou evento), falsos recibos verdes. Isto é, alguns dos entrevistados relataram que em todas as situações em que trabalhavam a recibos verdes, mantiveram sempre uma relação de subordinação que os vinculava diretamente à empresa contratante — os entrevistados afirmaram que tais condições denotavam, claramente, uma fuga do empregador em assumir as responsabilidades inerentes aos encargos da relação laboral.

Apesar de quatro dos entrevistados terem feito a licenciatura em território português (entrevistados E1, E2, E5 e E7), este fator não constituiu elemento que propiciasse uma melhor inserção e trajetória laboral, isenta de precariedade.

Dos doze entrevistados, dois — E9 e E10 — concluíram o mestrado e encontram-se a frequentar o doutoramento nas áreas de direito e

contabilidade. Ambos afirmaram que as suas trajetórias foram marcadas por formas diversas de precariedade laboral. No caso do entrevistado E9, os vínculos que foi estabelecendo durante a sua trajetória laboral no mercado de trabalho português foram o contrato de trabalho a termo certo e um “falso” recibo verde com salário muito baixo, ausência de regalias sociais e funções aquém das suas habilitações académicas, como o mesmo afirma:

Trabalhei como auxiliar de armazém com uma remuneração de 650 euros durante um mês, depois trabalhei na construção civil, como “trabalhador independente”, durante oito meses, com uma remuneração de 450 euros que só permitia pagar a mensalidade e a renda do quarto, mas já não dava para pagar o passe de transporte. (E9)

Já o entrevistado E10 afirmou que, face ao seu objetivo de conclusão dos estudos, tem mesmo que sujeitar-se às condições de trabalho que lhe são oferecidas de modo que consiga pagar os custos inerentes à faculdade, nomeadamente, o quarto, a alimentação e o passe. Para tal, trabalhou na área da restauração, como auxiliar de mesa; no comércio, como operador de caixa; na construção civil, como servente; e como estagiário em contabilidade. Em nenhuma das experiências laborais teve vínculos estáveis, os salários foram sempre abaixo ou igual ao mínimo nacional, apenas na restauração e no comércio descontava para a segurança social.

Entre os demais entrevistados licenciados, destaca-se o facto de serem unânimes em relatar as condições precárias laborais, dadas as várias formas de vínculos laborais atípicos com um elevado nível de vulnerabilidade. Este relato dos entrevistados conforma-se com a afirmação de Oliveira et al. (2020:156 *Apud* Oliveira e Pires, 2010), segundo a qual, “persiste alguma segmentação do mercado de trabalho português em função da nacionalidade e os trabalhadores estrangeiros continuam sobre representados nos trabalhos menos atraentes do mercado de trabalho português, de mais baixas ou nulas qualificações com condições de trabalho mais duras e com elevados níveis de insegurança”.

Relativamente à profissão atual e ao nível de satisfação laboral tendo em conta a qualificação académica, a maioria dos entrevistados alegou que se sentem defraudados, explorados, no sentido em que trabalham muitas horas e têm vínculos instáveis, o que não lhes garantem uma vida social com qualidade aceitável. Como indicado pela narrativa de um dos nossos entrevistados:

Estou por extrema necessidade. Infelizmente o nosso nível de escolaridade feito em Angola, para nós imigrantes, estando aqui é difícil entrar no mercado de trabalho português, porque vais passar por vários procedimentos, por mais que você tenha uma experiência de vinte anos, que podem te levar por seis meses, um a dois anos para estares inserido, é muito absurdo, para alguém que tenha ensino superior ou que tenha uma experiência profissional e que tenha habilidade para trabalhar não teria grande necessidade de ter vários impedimentos para exercer a sua profissão. (E3).

De acordo com alguns estudos de sociologia do trabalho (Carmo *et al.*, 2011; Seabra *et al.*, 2011; Bago d’Uva e Fernandes, 2017), considera-se que o contexto familiar em que o indivíduo nasce e se desenvolve tende a influenciar ou mesmo a condicionar a sua inserção e mobilidade no mercado de trabalho português e não só. E o questionamento a partir do contexto familiar, a questão de género e o fato de pertencer ou não a uma minoria étnica tem não só determinado a sua inserção social e mobilidade a nível do mercado de trabalho, mas também tem contribuído para a intensificação de uma sociedade cada vez mais desigual. Em relação às questões étnicas, a cor da pele é ainda um forte condicionamento para se garantir a inserção e mobilidade do indivíduo negro no mercado de trabalho (Eurostat, 2018).

Ao longo das entrevistas, a maior parte dos entrevistados afirmaram que apesar da existência de alguns avanços, a cor da pele é ainda um forte condicionante das oportunidades de trabalho para os indivíduos afrodescendentes, independentemente das suas qualificações académicas. De um ponto de vista socioantropológico, a não pertença a um determinado local,

a não aceitação como um membro do grupo como aquele que entende, compartilha e reverbera os mesmos valores é o nosso ponto de partida para as análises aqui apresentadas.

Todos os entrevistados relataram dificuldades parecidas nas suas trajetórias como migrantes buscando uma melhor condição de vida. Essas dificuldades perpassam uma série de obstáculos valorativos, em que a cor da pele, a origem e as condições de vida importam para o outro. A cor da pele mostra-se aos entrevistados como a primeira barreira de integração.

As situações relatadas abaixo demonstram isso mesmo:

Vejo que o emprego é para os portugueses e o trabalho é para os imigrantes, principalmente de origem africana. Exemplo, na construção civil os profissionais que acumulam mais experiência e tempo de trabalho neste setor são as pessoas negras, de origem africana, no entanto, os encarregados de obra são sempre os brancos que às vezes não dominam muito o assunto. Outro exemplo é o que já dei sobre a minha experiência no escritório de contabilidade. (E1)

Não sei, porque não fico a pensar nisso, não sei se quando não me chamavam em entrevistas que eu tenha feito foi por causa da cor da pele; nunca senti isso, mas já ouvi dizer que muitas pessoas que foram condicionadas ao emprego pela cor de sua pele, inclusive houve uma amiga que me mandou um print de um rapaz que não foi contratado por ser negro e fiquei chocada por ver isso, pois estamos em pleno século XXI e ainda há pessoas que não contratam as outras pessoas que estão mesmo a precisar por esta ser ou não ser portuguesa (negra ou mulata). (E2)

Eu passei por uma experiência, pois além de estar a trabalhar no setor da construção civil, eu me cadastrei em vários empregos e também fiz várias entrevistas em várias empresas e muitas delas, tu mandas o currículo eles vão te ligando com uma satisfação enorme, falar ao telefone, dizendo que gostamos do teu curriculum, a coisa corre tão bem, mas quando tu chegas lá, eles ficam surpresos contigo e chegam mesmo a perguntar se és a pessoa com quem falaram ao telefone, a surpresa é se calhar por ser negro. Não é o que eles pensaram consoante o curriculum que eles leram; por mais que tenha um currículo rico em tudo, mas quando vê a pessoa se surpreendem e acabam não te contratando. E eu sinto-me muito triste quando me deparo com estas situações, foram três vezes em que me deparei com isto. Angola e Portugal diz-se serem países irmãos, por exemplo, se sai um

português, vai para Angola podes crer que não vai demorar muito para se inserir no mercado de trabalho, isso porque já trabalhei em algumas clínicas e várias pessoas que saíram daqui de Portugal e sem ensino superior e foram para lá e foram logo inseridos no mercado de trabalho e a ganharem muito bem, mas a gente chega cá e encontramos esta grande dificuldade, tu mandas um currículo recheado e te deparas com esta situação, tu ficas um pouco cabisbaixo porque tu tens a capacidade para tal, para exercer a função que tu vais te cadastrando e não tens esta oportunidade, é triste e frustrante. (E3)

Como dito acima, apesar de diversos estudos terem demonstrado o papel crucial que os imigrantes têm assumido na melhoria da eficiência do mercado, observamos que os trabalhadores jovens imigrantes qualificados angolanos estão subaproveitados, encontrando-se, de alguma forma, “concentrados em alguns setores de atividade, como a indústria transformadora, construção, hotelaria e restauração, e serviços pessoais” (Cerdeira, 2013: 46). E, desta forma, mais suscetíveis a instabilidade contratual e com baixa remuneração.

Tal como nos foi relatado nas entrevistas, a precariedade laboral nasce a partir dessas dimensões aqui sublinhadas — pessoal e profissional — e replica-se nas relações sociais de produção como uma resposta velada do dominante sobre o dominado, apoiada em princípios neoliberais de flexibilização das relações de produção no seu sentido mais profundo e transversal. O contexto do mercado de trabalho atual torna o jovem imigrante subserviente de um sistema produtivo que tende a desvalorizar o valor ontológico, isto é, despersonaliza a profissão e “desprofissionaliza” a pessoa. Neste sentido, o privilégio para muitos dos jovens entrevistados é ter trabalho, ainda que esta atividade seja instável, insegura e sem o mínimo de regalias sociais, portanto, precário.

Apoiando-nos no que afirmam Carmo e Matias (2019), relativamente a estas duas dimensões, a objetiva — associada à insegurança do vínculos laborais — e a subjetiva — relacionada mais com as consequências de incerteza na organização da própria vida e com ela a sua perceção —, a precariedade, por ter efeitos na própria maneira como os jovens se viam

no seio da atividade laboral, e que, em alguns casos acabou por afetar o seu bem-estar psicológico, nomeadamente, criando problemas de ansiedade, stress, e, em situações mais graves, depressão. Esta dura realidade pode constatar-se no relato dos jovens entrevistados.

Quando procuramos explorar sobre como o trabalhador se vê perante o seu trabalho e a sua forma de contratação, encontramos discursos como os seguintes:

O fato de estar a trabalhar sem contrato coloca-nos à margem de garantias sociais, uma vez que não se está inscrito nem se contribui para a segurança social. Quando fui despedida não consegui ter direito a algum subsídio de desemprego; na vida pessoal deixa sentimento de tristeza, porque você poderia estar em um patamar mais qualificável e estável, mas te vê impedida, ainda mais para nós jovens e imigrantes. Não havendo este contrato, a pessoa acaba não tendo escolha, também porque nós precisamos de trabalho para sobreviver, e para tal tem de ter dinheiro, nisso a pessoa acaba aceitando com as condições que nos são oferecidas, porque não se assinou contrato de trabalho, a qualquer momento podes ser mandada embora e ficas sem trabalho e esta situação causa-me stress, fico constantemente com medo, porque você não sabe quando pode ser despedida e não se tem nenhuma segurança para reivindicar. (E5)

Penso que do ponto de vista mais pessoal do que profissional essa precariedade laboral tem impactado, pois não estou a trabalhar na área em que estou formada, que é contabilidade e auditoria, mesmo tendo feito a licenciatura. Não é, claramente, possível fazer planos ou perspetivas pessoais. Do ponto de vista profissional, creio que o fato de estar conformada de que é impossível ingressar e trabalhar na área de formação, aceita-se as condições mínimas que são apresentadas para trabalhar e assim conseguir os rendimentos. (E6)

(...) no segundo emprego, foi, claramente, mais difícil, foi uma experiência muito marcada pelas várias formas de abuso e comportamentos discriminatórios, igualmente não se celebrou contratos de trabalho, aliás o trabalho era por empreitada, os responsáveis tratavam-me forma desigual em comparação com os meus colegas portugueses, embora estes não tivessem grandes conhecimentos; (...) tinha hora de entrada e muitas ocasiões sem horas para sair dependentemente da natureza da obra. (E9)

Embora o contexto laboral, em Beja, fosse precário, procurei sempre olhar de forma otimista, com isso procurei ajudar outras pessoas de outras nacionalidades que trabalhavam, como malianos, na qualidade de tradutor; (...) Já como 'marcador', na atual empresa, deixei de ter uma vida além do trabalho, pois a minha vida está no telemóvel em que tenho que garantir o maior e melhor trabalho aos nossos clientes, gerindo as pessoas e isso faz com que fico 24h00 permanentemente conectado ao telemóvel. (E4)

Do ponto de vista profissional compreendo que é quase impossível trabalhar na minha área de formação cá, devido a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, fiquei a estagiar num escritório de contabilidade e vi que pessoas que tinham um nível inferior ao meu recebiam mais do que eu, embora na mesma condição de estagiário, aí tive que abandonar; aprendi que aqui tem que se trabalhar para ter rendimento e alcançar os teus objetivos pessoais; do ponto de vista pessoal, não se consegue fazer nenhum plano de vida, principalmente como imigrante e negro; aqui tem mais trabalho e quase nenhum emprego e o trabalho pelo trabalho não é garantia para vida. (E1)

A construção civil, em si, é um trabalho muito duro e instável, e a gente não está habituada nesta área de trabalho, a empresa atribui ao trabalhador todo o tipo de riscos inerente a atividade que a pessoa desempenha, exemplo é não atribuição de equipamentos de proteção individual, orientam eles que nós é que temos de comprar. E acaba não tendo saída porque a pessoa tem responsabilidade diária familiar e precisa daquele trabalho, pois vivo num quarto com a minha esposa recém-chegada e a minha filha de 2 meses, não tenho condições de alugar um apartamento, até já tentei procurar, mas os meus rendimentos salariais são muito instáveis, e depende caso eu vá trabalhar; tenho família cá, mas como se não tivesse, pois deles não espero nada deles. Eles também se aproveitam pelo fato de ser imigrante, tu não tens outra saída, por mais que tenhas o ensino superior e para trabalhar na tua área tens de seguir alguns parâmetros muito difíceis, acaba consentindo. Quanto ao efeito, estes são muitos. Na minha área de profissão (técnico de laboratório de análises clínicas) você tinha que dedicar muito a leitura, mesmo após o trabalho. Trabalhando na construção civil, primeiro é que o trabalho é pesado, o patrão aproveita-se de ti e tu acabas tendo pouco tempo para tu fazeres as tuas coisas pessoais, porque tu trabalhas das 8h00 às 17h00 ou as 17h30min, tu chegas às 18h30min, dependentemente do tempo que te vão libertar, você chega totalmente cansado que não consegues pegar nenhum livro para ler. Isto é uma das grandes dificuldades que acabo encontrando, o que

condiciona na nossa vida pessoal e intelectual; do ponto de vista profissional você tem um vínculo laboral sem uma definição formal do mesmo, se ele disser ‘amanhã não vem’, você não vem e não ganhas por não ir trabalhar; por não haver contrato a empresa na qual pede para tu trabalhares acaba gozando contigo porque você não tem contrato, o mesmo aconteceu com o fato da empresa dizer ‘você tem que comprar bota pois tem pregos’, você compra do próprio bolso e empresa não te devolve. (E3).

Explorar os relatos dos jovens entrevistados quanto aos efeitos da precariedade laboral nas suas dimensões objetivas e subjetivas, permitiram-nos identificar aspetos preocupantes que perpassam a sua vida profissional e pessoal, afetando a qualidade de vida dos mesmos, já que em muitas ocasiões a sua condição de permanência no território português os coloca numa situação de permanente insegurança e de total desproteção social e económica. Importa referir que, segundo Carmo e Matias (2019:69), “o efeito da precariedade laboral tende a comprometer a saúde mental, caracterizado como efeito invisível da precariedade do trabalho, realidade que não apenas circunscreve-se a esta população jovem imigrante qualificada, mas a uma franja cada vez mais alargada de indivíduos inseridos no mercado de trabalho em Portugal, sejam estes nacionais ou estrangeiros”.

Os jovens imigrantes constituem o segmento social mais afetado pelas reestruturações a que se tem assistido a nível do mercado de trabalho a nível global (Standing, 2010) e, em particular, no contexto português (Cerdeira et al. 2013), tornando-se, desta forma, mais vulneráveis e suscetíveis aos riscos sociais. A maioria destes jovens imigrantes, ainda que qualificados, têm a sua inserção no mercado de trabalho português no setor secundário, onde prevalecem baixos salários, emprego instável e escassas perspetivas de carreira. Essa condição precária tende a desenvolver nos indivíduos sentimentos de insegurança, falta de horizonte para a organização da sua vida pessoal e social.

Tal como podemos confirmar com alguns autores (Carmo e Matias, 2019: 17; Carmo et al., 2014; Cerdeira et al., 2013; Standing, 2010;

Giddens, 1991), a condição precária afeta de maneira mais profunda as dimensões existenciais da vida social e individual, isto é, a dificuldade de projetar o futuro, por mais imediato que seja. Esta realidade compromete severamente a estabilidade e a segurança ontológica da vida pessoal e subjetiva dos indivíduos. A fragmentação com que se insere e se tende a permanecer no mercado de trabalho afeta profundamente a forma como o indivíduo encara a vida e a noção do tempo. Portanto, não havendo condições contratuais estáveis, todos os jovens entrevistados apresentam uma visão fragmentada da realidade, no decorrer da qual tudo se encontra a prazo, incluindo tanto o acesso a bens, serviços e equipamentos, como a própria estabilidade das relações sociais e afetivas (Carmo e Matias, 2019).

A informação recolhida nas entrevistas possibilitou aferir duas questões fundamentais quanto ao futuro dos jovens imigrantes angolanos qualificados. Por um lado, face às múltiplas formas laborais precárias vivenciadas, ao prolongamento indefinido dessa realidade e à inexistência de perspetivas de mobilidade ascendente, vários entrevistados enfrentam o dilema de permanecer em Portugal (país de acolhimento) na condição de trabalho precário ou regressar a Angola (país de origem) sem garantias de empregabilidade. Entre os entrevistados há quem prefira permanecer em Portugal, ainda que trabalhando de forma precária, do que regressar ao país de origem e ter de enfrentar o desemprego em elevada escala. No entanto, também houve quem apresentasse como opção a emigração para um outro país europeu. Muitos afirmaram que o seu futuro laboral em Portugal é marcado fortemente por incerteza e insegurança, sendo, para estes, o mais importante conseguir recursos financeiros a fim de pagar as contas e sobreviver às intempéries do dia-a-dia. Para além disso, têm de se debater com o fato de estarem regularizados, do ponto de vista da autorização de residência, para exercerem alguma atividade remuneratória.

A 'ideia' é fazer dinheiro, ter algum rendimento suficiente para pagar as minhas contas e para isso qualquer trabalho serve, até porque não tenho escolha. Vivo

num apartamento com alguns rapazes onde pago 300 euros, tenho outras despesas por pagar não posso me dar o luxo de pagar uma casa/apartamento de 600 a 700 euros quando o meu rendimento mensal, juntando com as três atividades laborais, é 1100 euros e varia, dependendo do quanto consigo produzir durante cada mês. Embora esteja formado, mas há pouca procura para muita oferta, nisto faz-se o que se dá. (E11)

Ainda em relação à projeção do futuro laboral, destaca-se a preocupação de todos, por um lado, em estarem empregados e assim poderem garantir a sua subsistência, por outro lado, este mesmo emprego ser uma garantia de permanência no território português e uma forma de almejar a condição de cidadão nacional. Para alguns entrevistados, a mobilidade social e económica ascendente depende essencialmente da ascensão da condição de subcidadão¹⁴ para cidadão nacional, com garantias económicas, sociais e políticas, e, com isso, saírem do setor economicamente primário (mais suscetíveis à contratos laborais precários) para o setor secundário, caracterizado por emprego estável, bons salários e com perspectivas de carreira. No entanto, outros jovens entrevistados têm uma leitura diferente da realidade, no sentido que para eles o mercado de trabalho está mal para todos, tanto nacionais quanto estrangeiros. Afirmam que a maior parte dos empregos existentes são precários e a escassez de alternativas faz com que se aceitem as condições fragilizantes dos empregos disponíveis.

Quero poder trabalhar, ainda que for na limpeza e por recibos verdes, para não ter complicações com a segurança social e me permitir renovar o meu visto. Suportar mais três anos ou quê, ganhar a nacionalidade e concorrer em algumas vagas limitadas só para nacionais, porque o meu curso tem melhor aplicação no setor público. Penso que com a nacionalidade, a pessoa pode dar entrada de uma casa e conseguir outros meios... (E8)

14 Segundo Standing (2011), este conceito, embora ignorado por muitos, mas que tem raízes históricas, visa distinguir do cidadão. Isto é, os subcidadãos (*denizen*) são cidadãos de segunda categoria, ou seja, são aqueles indivíduos que a nível do contexto das relações entre as nações, não gozam de plenos direitos, no caso, os imigrantes internacionais, pela sua condição e dependendo dos grupos, são-lhes restringidos alguns direitos, como civis, sociais, políticos, económicos e culturais.

Durante o meu trabalho, como monitor, com pessoas em situação de sem abrigo, pude constatar que o problema do desemprego ou de empregos precários é generalizado a nível do mercado de trabalho português. Porque muitas pessoas nativas em situação de sem abrigo, até trabalham, mas o seu trabalho é instável e os seus rendimentos são incapazes de proporcionar alguma autonomia financeira. A pergunta é, se para nacionais as condições são estas, quanto mais não seria para os imigrantes, e depois jovens africanos? Portanto, o futuro é incerto e inseguro para todos, mas é muito mais para jovens imigrantes africanos. (E11)

É impossível, no contexto atual, criar um projeto de vida, aliás, é uma ilusão. Visto que nenhum emprego pelo qual passei era estável ou permitia fazer algum plano de vida social e financeira. Constituir família aqui é quase suicídio, porque há uma forte tendência de você ou a tua parceira, ou mesmo ambos, estarem a fazer um percurso laboral marcado pela vulnerabilidade contratual e também de vida. Falei com alguns colegas portugueses, alguns também estão assim, sobre forte incerteza. (E5)

Para os entrevistados, o trabalho precário é não só a forma comum de inserção, como, para muitos, é a condição normalizada e naturalizada pelos agentes económicos, apoiados por políticas neoliberais de flexibilização das relações de trabalho com que os mesmos se debatem diariamente, independentemente das suas qualificações académicas e profissionais. Encontrando-se todos, de acordo com o grupo profissional, a exercerem atividades nos setores mais vulneráveis e suscetíveis de várias formas de exploração. É importante realçar que o fato dos nossos entrevistados se encontrarem a exercer atividades laborais em setores e condições precários, não os torna menos conscientes das suas condições. Na verdade, muitos observam a grande injustiça decorrente da falta de políticas inclusivas para imigrantes.

Análise-síntese das entrevistas

Relativamente à trajetória profissional dos entrevistados no mercado de trabalho português, todos relataram que a sua inserção e permanência no mercado de trabalho foi, e tem sido, marcada por contratos de

trabalho a termo certo, por “falsos” recibos verdes, trabalho a tempo parcial, trabalho sem contratos, excesso de horas de trabalho, baixa remuneração comparada ao salário mínimo e, para alguns casos, ausência de regalias, portanto, em condições precárias. A maioria dos entrevistados relataram que, por conta destas formas precárias de inserção e permanência no mercado trabalho, sentem-se condicionados nas suas vidas profissionais e pessoais, pois não têm o mínimo de estabilidade laboral. Alguns afirmaram serem mais suscetíveis a abusos por parte da entidade empregadora e por parte dos colegas com melhores inserções/posições dentro da estrutura da empresa. Apenas dois puderam, num período curto, estagiar profissionalmente na sua área de formação, um com remuneração e outro sem remuneração — os entrevistados E1 e E4, respetivamente.

A maioria dos jovens entrevistados afirmaram que as suas qualificações académicas não são valorizadas, principalmente para aqueles que fizeram a sua licenciatura no país de origem, devido ao condicionamento do reconhecimento do ensino a nível das instituições competentes. Segundo alguns, o reconhecimento das certificações e diplomas é um processo muito burocrático e demorado, o que não tem permitido uma justa inserção no mercado de trabalho.

Quanto às oportunidades de trabalho em Portugal, e o condicionamento de origem étnica, a maioria afirma que as oportunidades no mercado de trabalho em Portugal são, de certa forma, condicionadas pela cor da pele ou origem étnica. Desta forma, oito confirmam terem, de algum modo, sido alvo de exclusão na inserção ao emprego por serem negros ou afrodescendentes e que já foram alvo de discriminação fora e dentro do ambiente de trabalho. Tal como afirmou o entrevistado E1: “vejo que o emprego é para os portugueses e o trabalho é para os imigrantes”. O trabalho surge no discurso deste entrevistado como uma atividade económica exercida sob condição de profunda instabilidade contratual, com mínimo ou mesmo sem regalias sociais e com renumeração baixa. Dois dos entrevistados relataram não terem sido diretamente alvo de

discriminação racial ou exclusão na sua inserção ao emprego, mas que já ouviram relatos de que pessoas próximas o terão sido. Apenas dois afirmam nunca terem sofrido nem escutado sobre algum condicionalismo rático ou étnico na inserção e permanência no mercado de trabalho português.

Relativamente aos efeitos da precariedade laboral na vida pessoal e profissional, os jovens entrevistados foram unânimes em afirmar que os efeitos da precariedade nas suas vidas pessoais e profissionais são adversos, tendo em conta a multiplicidade de tarefas e baixo rendimento salarial, ausência de realização pessoal e profissional — “deixei de ter uma vida além do trabalho”, afirmou o entrevistado E4. A impossibilidade de fazer projetos de vida a médio e longo prazo, a aceitação de condições mínimas apresentadas pelo empregador, o assumir todos os riscos inerentes às atividades laborais, viver e trabalhar sob riscos permanentes e sem qualquer segurança, são algumas das condições a que estão sujeitos a maioria dos entrevistados.

Dos oitos entrevistados que se encontram a exercer alguma atividade economicamente remunerada, quatro descontam para a Segurança Social e quatro não descontam, encontrando-se, estes últimos, numa situação de maior vulnerabilidade e risco social. Nenhum dos quatro desempregados afirma ter recebido qualquer prestação de desemprego.

Em relação à incerteza sobre o futuro laboral em Portugal face à experiência laboral, dos jovens imigrantes entrevistados, cinco pretendem permanecer no mercado de trabalho português, embora condicionem essa opção à possibilidade de trabalharem nas áreas de formação académica com o respetivo nível de categoria profissional. Três dos entrevistados afirmam que após a conclusão da formação superior que estão a realizar irão regressar ao país de origem e outros quatro afirmaram que a curto e médio prazo irão reemigrar para um outro país europeu. No entanto, todos os entrevistados afirmaram que o futuro laboral é incerto e a sua permanência em Portugal depende essencialmente do acesso ao emprego, preferencialmente adequado às suas qualificações.

Conclusão

De acordo com o resultado da nossa pesquisa empírica, parafraseando Carmo e Matias (2019), a precariedade laboral representa, de forma clara, uma espécie de armadilha em que muitos destes jovens imigrantes caem e da qual temem não sair no curto e médio prazo. A única garantia que têm, embora tendo qualificações superiores, é não terem garantia nenhuma sobre o emprego e, conseqüentemente, sobre o futuro pessoal e profissional. Esta insegurança, esta instabilidade transversal a todos os entrevistados, tem gerado angústias profundas que, para alguns deles, coloca em causa a sua qualidade de vida, o seu bem-estar social, material e mental.

Desta investigação emerge a ideia de que as relações precárias de trabalho dos jovens angolanos qualificados são reforçadas negativamente por outras formas de desigualdade ainda mais profundas, subtis e pouco aparentes, ainda que estruturantes e mais degradantes. O mercado de trabalho em Portugal é marcado por inserções laborais precárias, especialmente agudas entre a população jovem. Tal como demonstrámos, a incidência da precariedade contratual é mais elevada na população angolana face ao observado em relação aos trabalhadores de nacionalidade portuguesa e ao conjunto dos trabalhadores.

O estudo, que tem uma natureza e uma ambição essencialmente exploratória, ilustrou que os jovens imigrantes angolanos qualificados residentes em Portugal têm as suas vidas profissionais e pessoais comprometidas e sem perspectivas de futuro. A maioria alegou que se sentem defraudados e explorados devido às muitas horas de trabalho e à baixa remuneração, condições que não lhes garantem uma vida social com qualidade.

Os relatos dos entrevistados corroboram a hipótese de que a precariedade laboral se relaciona com as múltiplas penalizações às quais se sujeitam os jovens imigrantes angolanos qualificados e é potenciada por outras formas de desigualdades, em particular, as que decorrem das discriminações étnico-raciais.

Referências Bibliográficas

- Antunes, Ricardo (1995), *O Novo Sindicalismo no Brasil*, Pontes.
- Antunes, Ricardo (2018), *O Privilégio da Servidão. O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital*, S. Paulo, Boitempo.
- Auer, Piter, e Sandrine Cazes (eds.) (2002), *Employment Stability in an Age of Flexibility*, Geneva, International Institute for Labour Studies.
- Auer, Piter (2005), "Protected Mobility for Employment and Decent Work: Labour market security in a Globalized Word", *Employment Strategy Papers 2005 1*. ILO, Geneva.
- Bago d'Uva, Teresa e Marli Fernandes (2017), *Mobilidade Social em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Bourdieu, Pierre (1998), *Contrafogos*, Oeiras, Celta Editora, 113-120.
- Cabral, Sónia, e Cláudia Duarte (2011), "Os imigrantes no mercado de trabalho português", *Boletim Económico do Banco de Portugal*, III, pp. 103-124.
- Cantante, Frederico (2019), *O Risco da Desigualdade*, Lisboa, Editora Medina.
- Carmo, Renato Miguel do, e outros (2011), *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Carmo, Renato Miguel do, e António Firmino da Costa (orgs.) (2015), *Desigualdades em Questão — Análises e Problemáticas*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Carmo, Renato Miguel do, e Ana Rita Matias (2019a), "As dimensões existenciais da precariedade: jovens trabalhadores e os seus modos de vida", em <https://doi.org/10.4000/rccs.8502>, pp. 53-78.
- Carmo, Renato Miguel do, e Ana Rita Matias (2019), *Retratos da Precariedade. Quotidianos e Aspirações dos Trabalhadores Jovens*, Lisboa, Edições Tintas da China.
- Carmo, Miguel do Carmo, e Maria Madalena d'Avelar (2020), *A Miséria do Tempo*, Lisboa, Tinta da China.
- Cerdeira, Maria C. (coord.) Ilona Kovács, João Peixoto, João Dias, e Catarina Igreja (2013), *Percursos laborais e de Vida dos Jovens Imigrantes e Descendentes de Imigrantes nos Novos Setores de Serviços*, Lisboa, Observatório da Imigração, Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Diogo, Fernando (2012), *Precariedade no Emprego em Portugal e Desigualdades Sociais. Alguns Contributos*, Açores, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.
- Diogo, Fernando (2012), "Precariedade laboral em situação de pobreza: contributos para uma tipologia", em *VII Congresso Português de Sociologia, Sociedade, Crise e Reconfigurações*, APS, Associação Portuguesa de Sociologia.

- Diogo, Fernando, e Fernanda Freitas Vaz (2014), "Precário em trajetória de emprego em carrocel: trabalhadores pobres em Portugal", comunicação apresentada ao VIII Congresso Português de Sociologia, 40 Anos de Democracia(s). Progressos, Contradições e Perspetivas, Universidade de Évora, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Duarte, Ana Maria (2009), "Significados e contornos sociais da precariedade", em *Ferve, Dois anos a*
- Ferver. Retratos da Luta, Balanço da Precariedade, Porto, Afrontamento, pp. 43-47.
- Gonçalves, Carlos Manuel (coord.) (2009), *Licenciados, Precariedade e Família*. Porto, Estratégias Criativas.
- Guerreiro, Maria das Dores, e Pedro Abrantes (2004), *Transições Incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa, CITE.
- Kovács, Ilona (org.) (2005), *Flexibilidade de Emprego. Riscos e Oportunidades*. Oeiras, Celta Editora.
- Leite, Jorge (1990), "Direito do trabalho na crise", *Temas de direito do trabalho, IV Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras de Direito do Trabalho*, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 21-49.
- Matos, José Nunes, Nuno Domingos, e Rahul Kumar (org.) (2012), *Precários em Portugal. Entre a Fábrica e o "Call Center"*, Lisboa, Edições 70.
- Mendes, Maria Filomena, José Rebelo dos Santos, e Conceição Rego (2011), "Imigrantes angolanos em Portugal: breve caracterização e contributos para a dinâmica populacional", em XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 7-10 agosto.
- Monteiro, Bento Miguel (2012), "Imigração em Portugal e a comunidade angolana", Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologias, *Imigrantes Angolanos em Portugal. Breve Caracterização e Contributos Para a Dinâmica Populacional*, Évora, Universidade de Évora.
- Oliveira, Catarina Reis (coord.), e Natália Gomes, *Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2018, 2019 e 2020*, Lisboa, ACM, 1ª edição.
- Oliveira, Catarina Reis, Tiago Santos (coord.), e outros (2020), "Afrodescendentes em Portugal", Lisboa, *Revista do Observatório das Migrações*, 16, dezembro de 2019.
- Piore, Michael J. (1979), *Birds of Passage — Migrant Labor and Industrial Societies*, Londres, Cambridge University Press.
- Rebelo, Glória (2002), "Para uma tipologia da precariedade da atividade laboral", *Organizações e Trabalho*, 28, pp. 69-85.
- Rebelo, Glória (2005), "Alternativas à precariedade laboral: propostas para uma flexibilidade tendencialmente qualificante", em *Encontro Científico Internacional*

Trabalho, Emprego e Precariedade Laboral, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2001), "Portugal, uma Sociedade Multicultural", *Janus online*, em https://www.janusonline.pt/arquivo/2001/2001_3_3_18.html
- Rodrigues, Carlos Farinha (coord.), Rita Figueiras, e Vítor Junqueira (2016), *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal. As Consequências Sociais do Programa de Ajustamento*, Lisboa, Artes Gráficas, Lda.
- Sá, Teresa (2010), "'Precariedade' e 'Trabalho Precário'. Consequências Sociais da Precarização Laboral", *Configurações online*, 7, pp. 91-105.
- Seabra, Teresa, e outros (2011), *Trajetos e Projetos Descendentes de Imigrantes à Saída da Escolaridade Básica*, Lisboa, Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Sennett, Richard (2009). *A Corrosão do Caráter. As Consequências Pessoais do Trabalho ao Novo Capitalismo*, Rio de Janeiro, Record.
- Soeiro, José (2015), *A Formação do Precariado. Transformações no Trabalho e Mobilizações de Precários em Portugal*, Dissertação de doutoramento em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Standing, Guy (2011), *The Precariat — The New Dangerous Class*, London, Bloomsbury.
- Therborn, Göran (2013), *The Killing Fields of Inequality*, Cambridge, Polity Press.
- Vargas, Francisco Beckenkamp (2016), "Trabalho, Emprego, Precariedade. Dimensões Conceituais em Debate", *Caderno CrH*, 29, pp. 313-331.

Web-referência

- Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo — Tendencias 2019 | Resumen ejecutivo* (ilo.org), consultado em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_670569.pdf
- OIT (2011), *Trabalhadoras e Trabalhadores Migrantes. Alcançar a Igualdade de Direitos e Oportunidades*, consultado em https://www.ilo.org/lisbon/publica%C3%A7%C3%B5es/WCMS_729069/lang---pt/index.htm aos 15/02/2021.
- OIT (2018), *Migração, Direitos Humanos e Migração*, consulta em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_722396.pdf, aos 15/02/21

OIT (Abril/2020), Proteger os trabalhadores e trabalhadoras migrantes durante a pandemia da COVID-

19: Recomendações para decisores políticos e para os constituintes, consultado em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_749416.pdf, aos 15/02/21.